

PROJETO MINERVA: UMA EXPERIÊNCIA EDUCATIVA VIA RÁDIO NO GOVERNO MILITAR EM UBERLÂNDIA (1970 – 1989)

Vitor Hugo de Oliveira ¹
Marco Antonio de Santana ²

RESUMO

O presente artigo tem como finalidade analisar a utilização do rádio, enquanto veículo de comunicação de grande alcance, para um projeto de educação à distância denominado Projeto Minerva, especificamente no âmbito de Uberlândia (MG) no período de 1970 a 1989. Tal Iniciativa fortemente divulgada pelo Governo Militar buscava atender aqueles que não haviam completado o ensino de primeiro e segundo graus. Além disso buscamos compreender as perspectivas em relação ao curso radiofônico ofertado, bem como o alcance de tal medida no processo de aprendizagem desses sujeitos. Trata-se de pesquisa bibliográfica, na qual utilizamos análise crítica de fonte, descrita por Certeau ([1975]/2022) como operação historiográfica.

Palavras-chave: Projeto Minerva. Rádio. Educação de jovens e adultos.

MINERVA PROJECT: AN EDUCATIONAL EXPERIENCE VIA RADIO DURING THE MILITARY GOVERNMENT IN UBERLÂNDIA (1970 – 1989)

ABSTRACT

The present article aims to analyze the use of radio, as a wide-ranging communication vehicle, for a distance education project called Minerva Project, specifically in the scope of Uberlândia (MG) in the period from 1970 to 1989. This initiative, strongly publicized by the Military Government, sought to assist those who had not completed elementary and high school. In addition, we seek to understand the perspectives in relation to the radio course offered, as well as the reach of such a measure in the learning process of these subjects. This is a bibliographic research, in which we used critical source analysis, described by Certeau ([1975]/2022) as a historiographic operation.

Keywords: Minerva Project. Radio. Youth and adult education.

Recebido em 05 de dezembro de 2022. Aprovado em 20 de dezembro de 2022.

¹ Doutorando em História e Historiografia da Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Possui Mestrado Profissional na linha TIC - Tecnologia e Interfaces da Comunicação (2017) e Graduado em Direito. Gestor pela Diretoria de Comunicação da UFU das Rádios Universitárias (Uberlândia, Ituiutaba e Monte Carmelo).

² Doutor em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (2022). Possui Mestrado Acadêmico em Direito Público (2014) e Especialização em Direito Tributário (2010), ambos pela PUC Minas, Belo Horizonte/MG. Graduado em Direito - PUC Minas (2009), Pedagogia (2017) e História (2022).

INTRODUÇÃO

O século XXI está marcado pelos avanços tecnológicos e pela comunicação digital. A informação, dia após dia, tem sido ressignificada ganhando novos perfis de ineditismo, notadamente pelo advento das redes sociais. A mídia tem se transformado e exigido de profissionais e pesquisadores a busca de inovações acerca de um novo modelo que, ampliando os horizontes comunicacionais através dos multimeios, alcance boa parte da população. Houve um tempo em que nos referíamos à mídia, como imprensa “escrita, falada e televisionada”. A nova ordem da tecnologia mundial traz, cotidianamente, novos desafios e com eles, a necessidade de se redefinir conceitos e atualizar conhecimentos.

A educação de adultos promove a liberdade social e individual. A partir da entrada do rádio no país (1922), os processos educacionais conquistaram um certo grau de importância, pelo menos nas retóricas políticas, se elevando ao *status* de tema governamental. Durante a ditadura militar, alguns países ricos e organizações internacionais propuseram ao Brasil a assinatura de acordos para fornecimento de técnicas administrativas e métodos de ensino, dando como contrapartida, financiamentos e auxílio nas estratégias desenvolvimentistas. O governo, com objetivo de efetivar rapidamente tais tratativas e ao mesmo tempo objetivando minorar o impacto das ações repressivas características de sua política, iniciou alguns projetos de educação, especialmente de jovens e adultos, visto que o país em 1970, alcançava o índice de 33,6% ou, dezoito milhões e cem mil analfabetos de um total de 53.633.000 habitantes - IBGE (OLIVEIRA; SOUZA, 2013, p. 4).

Ganharam relevância política os veículos de comunicação que se propuseram a trilhar os caminhos da educação, levando conhecimentos a um grande número de pessoas ao mesmo tempo, por sua capacidade de estreitar os laços entre as várias classes sociais sob a forma de entretenimento. O rádio, ainda em 1970, no início das transmissões radiofônicas do Projeto Minerva, era mais acessível que a TV e podia ser encontrado em um grande número de residências, comércios e espaços públicos.

A construção crítica de fluxos que se utilizam de qualquer ferramenta comunicacional para transmitir conteúdo educativo sem a intervenção física direta de um professor é a base constitutiva do Ensino à Distância. Tal definição se aparta da inércia conceitual que nos facilita o entendimento, à medida que a ideia de mídia se alarga trazendo-nos novas concepções comunicacionais.

A estrutura globalizante, acelerada notadamente depois da Primeira Guerra Mundial, multiplicou os meios de produção, trazendo novas formas de trabalho, prestação de serviços, estratégias comerciais e movimentações financeiras buscando consolidar o capitalismo de maneira mais impactante pelo mundo, especialmente, nas sociedades em que as economias apresentavam-se mais fragilizadas. Em 1970, o Brasil ostentava o índice de 44,1%, de sua população, morando no meio rural. Em Uberlândia eram 10,6% (OLIVEIRA, 2013, p. 54). Grande parte destas pessoas iniciaram o êxodo rumo aos centros urbanos, onde se encontravam as recém-instaladas indústrias e fábricas oferecendo vagas de emprego e possibilitando uma virada na vida do egresso do campo. Vivíamos uma verdadeira transição social no Brasil, posto que a virada populacional (do número de habitantes no setor urbano sobre os do meio rural), havia ocorrido há alguns anos antes, em meados dos anos 1960.

De acordo com levantamento realizado pela Secretaria de Avaliação e Informação Educacional, ligada ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, nas décadas de 1960 e 1970, durante o período da Ditadura Militar, os brasileiros passavam, em média, 2 anos na escola e mais de um terço da população era analfabeta (BRASIL, 1996). Como então poderiam as autoridades resolverem o problema da mobilidade da população rural para as cidades, em busca de trabalho e ao mesmo tempo lidar com a inadaptabilidade deste recém-chegado, para as exigências da lógica e da crítica que as novas funções laborais lhe exigiriam?

Educação e comunicação, embora situados em diferentes campos do saber, sob o ponto de vista prático, fundem-se cada vez mais, no embalo das novas tecnologias e da era digital, formando um todo imbricado. Tal complementação epistemológica, em muitas oportunidades viabilizada pelos veículos de comunicação mais acessíveis, é um facilitador da interação e transformação do indivíduo através do conhecimento. Sob este aspecto, o rádio, a partir de sua inserção em nosso país (1922), ganhou um papel fundamental, como cita o autor de *90 anos de rádio no Brasil*:

E assim, o rádio - inicialmente privado e, depois, controlado pelo estado - foi oficialmente implantado no Brasil nos idos anos de 1920, tendo à frente Edgar Roquette-Pinto. Foi ele, juntamente com os integrantes da Rádio Sociedade, que fizeram com que este meio de comunicação, rádio, vingasse no Brasil, movidos pela ideia de que a promoção da “educação do nosso povo” é o que de mais importante o rádio poderia fazer num país tão grande como o nosso (DÂNGELO, 2016, p. 56).

Nosso artigo tem o objetivo de compreender a utilização do rádio, como veículo comunicacional em um projeto de educação à distância, de grande divulgação midiática no Brasil e também em Uberlândia, principalmente para aqueles que não haviam completado o ensino de 1º e 2º graus. Para isso, estabelecemos um recorte temporal do ano de 1970 até 1989, período em que o Projeto Minerva se manteve no ar. Em grande parte deste tempo, especialmente no decorrer dos anos setenta, parece que o rádio representou para a sociedade brasileira e também uberlandense, o replicador dos acontecimentos sociais, políticos, educativos e artísticos. Assim, cabe-nos ressaltar nosso especial interesse para o aluno-ouvinte do Projeto Minerva em Uberlândia-MG, no sentido de compreender qual era a sua real perspectiva em relação ao curso radiofônico; que fatores o motivava; porque desejava completar o seu ciclo de aprendizado pelo rádio; como se comportava durante as aulas; de onde acompanhavam as lições e, qual o progresso, em termos de aprendizado, achava que o PM havia lhe acrescentado.

Para Nova e Alves (2002), ao discorrer sobre a EAD, antes da chegada da tecnologia digital, o problema fundamental nesses cursos era a quase total falta de interatividade do sujeito educacional no processo de aprendizagem. Sem tirar dúvidas ao receber a lição e viver experiências com os colegas, a relação entre professores e alunos ficava bastante comprometida. O autodidatismo era o ponto central do processo de aprendizagem. Tais dificuldades aliadas àquelas de teor socioeconômico e político-cultural surgiam como empecilho ao sucesso dos projetos que apesar de tudo, continuavam a existir (NOVA; ALVES, 2002, p. 2).

Os mentores de métodos de ensino e aprendizagem à distância, geralmente no início, quando se propõe à utilização de um veículo de comunicação, para o qual não foram inicialmente pensados, reproduzem a forma e conteúdo aplicados nas aulas presenciais. Só depois refletem sobre as modificações, objetivando uma melhor exploração dos recursos oferecidos pelo meio comunicante e seu melhor aproveitamento diante das novas concepções apresentadas. Tome-se como exemplo, as primeiras transmissões de aulas via rádio no Brasil, onde os professores se limitavam a ler as aulas que ofereciam no ensino presencial, nos estúdios das emissoras (ROMANI; ROCHA, 2012, p. 3).

O modelo referido nos remete à *educação bancária* combatida por Paulo Freire onde o professor, em sua tarefa de levar conhecimento, se limita a depositar seu saber, sem a preocupação de despertar no aluno, o espírito reflexivo e crítico. Sob este aspecto, figurativamente, o professor enxerga o aluno como uma conta de banco (vazia). Segundo Freire, tal metodologia reflete o conhecimento dos que se julgam sábios transmitido aos que julgam nada saber. Até há pouco tempo, o professor era a autoridade máxima no processo educacional e o aluno lhe devia cega obediência. O aprendiz era um personagem unicamente passivo, limitando-se a absorver o conteúdo ministrado pelo mestre. É importante lembrarmos o

desequilíbrio hierárquico na relação entre os sujeitos da educação, especialmente nos anos 1970 e 1980, tempos em que o Projeto Minerva estava em marcha. Na contramão de tal reducionismo conceitual, vem a *educação libertadora* que estimula a participação do aluno através do diálogo e da aproximação das teorias com sua vida cotidiana (FREIRE, 1974, p. 41).

Atualmente, o saber é tido como uma construção mútua entre os sujeitos educacionais, marcado pela interatividade e respeito, com estímulo ao desenvolvimento da autoestima, autonomia e confiança para o domínio de habilidades e novos conhecimentos para a vida. Desta forma podemos compreender toda a complexidade dos processos educacionais que envolvem a escolarização, com suas circunstâncias práticas e teóricas, métodos de ensino, aprendizagem e avaliações. Este entendimento enfrenta um novo viés se intermediarmos o método de ensino, com um veículo de comunicação que não é dominado pelos mentores da produção educacional. O rádio representa, ainda hoje, uma nova prática de fazer e saber educativo, desafio para alunos, professores e produtores de conteúdo que se aventuram pelas suas ondas sonoras. A educação à distância (EAD) e aí inclui-se o Projeto Minerva, iniciativa via rádio, é assim definida por Nunes, na Revista Brasileira de Educação:

Esta pressupõe um processo educativo sistemático e organizado que exige não somente a dupla-via de comunicação, como também a instauração de um processo continuado, onde os meios ou os multimeios devem estar presentes na estratégia de comunicação. A escolha de determinado meio ou multimeio vem em razão do tipo de público, custos operacionais e, principalmente, eficácia para a transmissão, recepção, transformação e criação do processo educativo (NUNES, 1994, p. 4).

Assim, pensamos que, se por um lado, o distanciamento entre professor e aluno é o que caracteriza a EAD, entendemos, por outro que, o planejamento com a utilização de uma especial metodologia, materiais didáticos adequados e veículos de comunicação apropriados, estabeleceria a perfeita conexão entre os sujeitos envolvidos no sistema de ensino e aprendizado. Pensamos ainda, que devemos evitar a comparação desta modalidade com os sistemas tradicionais de ensino, uma vez que a EAD exige uma organização particular para cumprir seu papel precípuo de educar, apesar da separação do aluno e do professor (KRAMER *et al.*, 1999).

Governo militar e políticas para a educação de adultos

Com o Golpe Militar de 1964 o escolhido para substituir João Goulart foi o General Castelo Branco, um dos conspiradores contra o governo e aclamado pela maioria daqueles que apoiavam a referida ação política. Com isso, os projetos que visavam a emancipação social, especialmente, a educação de adultos, foram todos interrompidos, com a captura dos materiais didáticos, tortura e prisão de dirigentes e criminalização de entidades que, de alguma forma estavam envolvidos nos processos de ensino, sob a acusação de serem conspiradores. Tempos de confronto ideológico, em que o país viveu um período de precariedade com esta modalidade de educação, ressaltando que nos estados da região nordeste, a repressão foi particularmente mais severa. Assim, iniciou-se uma verdadeira caça a indivíduos e organizações, através de inúmeras operações, como a denominada “Operação Limpeza”, perseguindo membros do MEB³ - Movimento de Educação de Base e da JUC⁴ - Juventude Universitária Católica.

³ Movimento educacional financiado desde 1961 pela União e ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Caracterizava-se por oferecer à população rural a oportunidade de alfabetização.

⁴ Associação civil formada dentro da igreja e reconhecida pela hierarquia eclesiástica, com objetivo de difundir o catolicismo no meio universitário. Desapareceu, logo em seguida, entre os anos de 1966 e 1968, com as novas diretrizes adotadas pela CNBB.

Com isso, a educação de jovens e adultos no Brasil, passou um tempo, depois do Golpe Militar de 1964, abandonada pelas estruturas políticas, excluída dos investimentos oficiais, por ser associada aos movimentos populares de esquerda, comunistas, baderneiros, terroristas e incentivadores da contracultura. Afinal, para o regime vigente, só havia uma forma de viver: aquela estabelecida pelas autoridades militares, através de seus milhares de decretos e instruções normativas, exaradas do dia para a noite, em obediência às suas próprias conveniências. Tentavam impingir à população seu modelo de educação homogeneizadora e de alienação política, mediante controle de seus pensamentos (STRELHOW, 2010).

Sem políticas para a educação de adultos, as autoridades governamentais começaram a ser pressionadas por países desenvolvidos e entidades internacionais para que estabelecessem metas de formação e alfabetização, pois aí se encontrava uma grande possibilidade para o salto desenvolvimentista de cada nação. Assim, entidades como a FAO, OIT, UNICEF, UNESCO, USAID (1978), escancaravam ao mundo seu desejo de lutar pela educação de jovens e adultos, especialmente nos países que apresentavam um certo desequilíbrio sócio-econômico, para que estes alunos, através da alfabetização, formação técnica e profissional representassem a força de trabalho que ora, era demandada pelos novos processos de produção. Tais acordos geralmente tinham como contrapartida, pelo lado do proponente, o aporte de ordem financeira, que afinal de contas motivava os agentes administrativos a uma mudança de idéias quanto ao investimento na educação de jovens e adultos. Assim, o governo brasileiro instituiu em 1966 a Ação Básica Cristã, no sentido de retomar a questão da educação popular, que havia sido abandonada anteriormente. Entretanto tal iniciativa, sem a definição de recursos para seu perfeito desenvolvimento, seguiu a linha dos projetos que, sem o orçamento adequado, se esvaem pela asfixia econômica e desapareceu entre 1970 e 1971.

O Regime Militar, entretanto, ansioso por uma satisfação internacional e dando vazão à continuidade de sua estratégia de alienação da população, passou a oferecer um número extraordinário de vagas para a alfabetização dos maiores de 15 anos de idade, sem a devida atenção com a qualidade do conteúdo. Apostou também no desenvolvimento de projetos como o Minerva e Mobral, que contavam com ampla cobertura da mídia, massificando ainda mais a ideia de “cuidado” com o povo. O resultado foi que a estratégia calculada no expansionismo quantitativo, desaguou num colapso do sistema de ensino, determinando uma importante deterioração, o que marcou este período com um significativo retrocesso na área da escolarização (OLIVEIRA; SOUSA, 2013, p. 4).

O Mobral foi criado em 1967, entretanto somente começou a funcionar, efetivamente, na mesma época em que o Projeto Minerva (1970). O detalhe é que o primeiro, objetivava a alfabetização e o segundo, ampliava suas pretensões, incluindo também entre suas metas, a formação para maior inserção social e no trabalho. O Mobral, que foi extinto em 1985, se estruturava no formato de aulas presenciais e o Minerva, que foi até 1989, através do rádio.

Os tratados firmados pelo governo do Brasil com organizações internacionais sustentaram alguns importantes projetos de ensino. Assim, com a assinatura do acordo MEC/USAID, um novo modelo de educação começou a ser implantado no país. A iniciativa, entretanto, a partir da análise dos direitos e deveres das partes acordantes e contando com o tecnicismo dos norte-americanos, soava como autoritário e domesticador (RIBEIRO, 2000) .

É importante dizer que tal acordo interferia na escolha dos dirigentes universitários, na privatização de sistemas de ensino, incentivava pequenos núcleos, substituía o regime de cátedras pelo de departamentos e extinguiu as faculdades de filosofia , ciências e letras. Estabelecia também a escolha do reitor como competência do governo federal e o regime de dedicação exclusiva aos docentes universitários. Enfatizava a importância do ensino profissional universitário objetivando a inserção do acadêmico no mercado de trabalho, limitava o ensino/aprendizado das matérias inerentes às ciências humanas, mediante a relativização de seus resultados com a concomitante supervalorização das ciências exatas como

instrumento apto a atingir o cientificismo que imaginavam, entre outros . A ideia era a modernização do ensino superior brasileiro com vistas ao desenvolvimento do país (PELLANDA, 1986).

A educação técnica era ponto pacífico em suas medidas racionalistas, pois era somente através dela que se adquiriria a organização e o desenvolvimento individual e coletivo almejados. O ensino brasileiro, pouco a pouco, se adaptava às concepções Tayloristas, com o professor, além de organizar e planejar racionalmente o ensino que iria ministrar, deveria objetivar onde queria chegar, levando-se em conta os sistemas de produção disponíveis no país. Afinal, a educação precisava atender às necessidades de uma engrenagem social industrializada e tecnológica (PELLANDA, 1986).

Enfim, ainda sobre os acordos MEC/USAID, afirma-se que estes, contemplavam conceitos administrativos tendentes à subserviência empresarial, com características repressivas e tecnocratas. Além do mais, tinham por finalidade a formação de pessoas com a mentalidade mercadológica coerente com o modelo econômico, estrutura social e ideológica impostas pelo governo militar (ROMANELLI, 2003).

Em 26 de setembro de 1969, o Decreto nº. 25.239 criou a estrutura administrativa para a implementação do Projeto Minerva em nível nacional, com a finalidade de “oferecer formação supletiva de 1º grau através do rádio, cabendo ao Serviço de Radiodifusão Educativa (SRE) produzir o programa.” Naquele ano, o Brasil tinha 17,9 milhões de analfabetos, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e, por isso, o presidente Médici lançou dois projetos de educação: O MOBREAL para tratar da alfabetização de adultos e o Projeto Minerva, com educação à distância, a fim de proporcionar a formação escolar em nível das quatro últimas séries do Primeiro Grau (SANTOS, 2014).

O governo brasileiro com o lançamento destes dois projetos educativos destinados aos jovens e adultos buscava, além das vantagens advindas dos acordos firmados junto a entes de representação internacional, revestir a opinião pública de sua “preocupação” em oferecer oportunidades iguais para todos. Precisavam garantir, ainda que através de um sistema alienante, estabilidade política para se sustentarem em seu projeto de governabilidade.

Uberlândia: indústria, comércio, trabalho e projeto minerva

Uberlândia, localizada em Minas Gerais, nossa cidade natal, foi São Pedro de Uberabinha até 1888. Distrito de Uberaba, após sua emancipação passou a chamar-se “Uberabinha”, só adquirindo o nome atual em 1929. Dângelo (2016) e Sevcenko (2006) descrevem, o primeiro, a sociedade uberabinhense e o outro, a sociedade carioca, então capital federal, durante a década de 1930, com incríveis situações de similaridade: enquanto por lá as elites respiravam os ares de europeização com o modelo de reurbanização, reproduzindo os modos de vestir e até de se cumprimentar, por aqui, os coronéis, intelectualidade e parte da imprensa, se empenhavam para que a população urbana abandonasse os velhos hábitos rurais de vida e o modo caipira de se expressar. Havia uma concorrência do povo para o desfrute das “novidades” técnicas e industriais como representações de poder e segmentação social. Outro ponto comum em ambas as sociedades era a separação das elites, de um restante populacional formado em sua maioria por negros, escravos, índios e caboclos, sendo também comum a discriminação do gênero feminino.

Nascemos e crescemos em Uberlândia. A cidade de cultura predominantemente rural, se emancipou sob hábitos e costumes agrícolas, entretanto, a partir do final dos anos 1960, ganhou fôlego industrial. Com o início das obras para a construção da capital federal, Brasília, Uberlândia conheceu uma nova fase de progresso, a partir de uma localização geográfica privilegiada que a colocava no eixo principal das malhas ferroviárias e rodoviárias, conectando-

se com os principais centros produtores do Brasil, em especial com São Paulo e o Centro-Oeste. A cidade expandiu sua área central, alcançando populações que dela ficavam mais afastadas, aumentou o número de pequenos comércios, investiu em infraestrutura e, de maneira geral, melhorou a vida em seu setor urbano (MOURA; SOARES, 2009).

Assim tornou-se um dos grande centros distribuidores de mercadorias do país ostentando uma rede atacadista que, atualmente, detém os maiores prestadores de serviço deste ramo em toda a América latina. Logo após o Golpe Militar de 1964, Uberlândia, dando ênfase e contornos progressistas à sua tendência desenvolvimentista, fixou na região norte da cidade, entre as maiores rodovias da região, uma grande área, onde foi levantado o Distrito Industrial, para grandes empresas e setores prestadores de serviço. Desta forma, por aqui se instalaram empresas de cunho nacional e estrangeiro, como a Daiwa Têxtil, Cargill e Companhia de cigarros Souza Cruz, entre tantas outras .

A partir da implantação da Universidade Federal, muitas outras faculdades de nível superior foram atraídas, dando à cidade, também, um perfil estudantil. Em 1970, em meio ao significativo período de expansão, Uberlândia contava com uma população de 126.112 habitantes sendo que, considerando a população acima de 15 anos, 17,40% não eram alfabetizados⁵. Assim, nosso artigo busca compreender a relação que a população uberlandense, carente de escolas, com pessoas recém instaladas na cidade, teve com o Projeto Minerva - uma proposta da ditadura militar que objetivava inicialmente suprir a ausência do supletivo de 1º grau e, depois também se dedicou às aulas do supletivo de 2º grau. Qual a importância do rádio e da educação enquanto práticas sociais na cidade de Uberlândia, no período em que esteve no ar o Projeto Minerva (1970-1986)?

Em linhas gerais, procuramos posicionar este trabalho no campo da história da educação e também da história social do rádio. Tendo como aporte metodológico a história cultural, também não abandonamos o terreno das representações, das práticas e dos usos. Trilhando os caminhos da história oral, buscamos compreender o papel desempenhado pela radiodifusão como meio de comunicação, que tinha intenção de acoplar o ouvinte aos processos de educação à distância, através do Projeto Minerva, na cidade de Uberlândia.

O PM era um programa de educação via rádio, com meia hora de duração e transmissão obrigatória por todas as emissoras do país. Instituído pelo governo federal, na gestão do General Emílio Garrastazu Médici teve sua primeira transmissão em setembro de 1970. Entrava no ar, regularmente, em todos os dias da semana, com objetivo de transmitir as aulas dos supletivos de 1º e 2º graus, fazendo com que o aluno reduzisse o prejuízo de tempo, no período em que esteve ausente da escola. Os programas de rádio aconteciam de segunda a sexta-feira, das 20:00H às 20:30H; aos sábados, de 13:00H às 14:15H; e aos domingos, das 8:30H às 9:45H da manhã.

Em 1970, foi criado o Projeto Minerva⁴². Seu objetivo principal era a educação de adultos a distância, nesse caso, por meio do rádio. O Projeto Minerva atendia a portaria interministerial no 408/70 do Conselho Nacional de Telecomunicações, que tornava obrigatória a transmissão de programação educativa por todas as emissoras de rádio, no país, em até cinco horas semanais, entre as sete e dezessete horas (PINHEIRO, 2016, p. 55).

Os alunos podiam acompanhar as aulas de casa e, se não tivessem acesso a um aparelho receptor de rádio, podiam contar com uma sala de aula, geralmente alugada pela prefeitura e subsidiada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC). Estes locais, comumente chamados “radiopostos”, contavam além do referido aparelho receptor, com um professor (monitor), que auxiliava o estudante nos esclarecimentos do conteúdo explorado. Os radiopostos foram muito

⁵ Fonte: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Censo Demográfico de 1970.

importantes para que as aulas via rádio chegassem às regiões mais pobres e isoladas do país. Era também do governo federal a tarefa de impressão das cartilhas, distribuídas gratuitamente, que possibilitavam a melhor compreensão e acompanhamento das aulas do PM, facilitando a realização dos exercícios propostos, organização e assimilação da disciplina aplicada.

Como ouvinte apaixonado de rádio, criança que era, trago a nostalgia de grandes produções do referido programa, com trilhas sonoras adequadas à disciplina estudada, músicas da MPB, sotaques e expressões regionais, que levavam-me a refletir, ao mesmo tempo, sobre a significativa importância da radiofonia e a riqueza cultural da nossa nação. As tradições, a cultura e o folclore das diversas regiões do país, sempre estiveram representados por fundos sonoros compostos por artistas nativos daquela específica fatia de Brasil.

Entretanto, cabe dizer que, sob o ponto de vista da grade de programação, o Projeto Minerva enfrentou um grande revés quanto ao seu posicionamento, quando ia ao ar, logo após a vinheta final da atração noturna “A Hora do Brasil”. As pesquisas apontam que, a audiência de um programa no rádio, se reflete nos dados da atração anterior e na sua baixa audiência, também. O “Programa Nacional”, que depois se tornou a “Hora do Brasil” e que hoje é conhecido como *A Voz do Brasil*, tem desde 1935, o formato unicamente informativo, sem atrações musicais, o que torna mais difícil a sustentação da audiência, como forma de entretenimento de um grupo familiar, por exemplo. Junte-se a isto o fato que, ao desligar o rádio, o ouvinte, dificilmente o religa ao final de certo e determinado tempo, por se envolver com outros afazeres, o que também pode ter contaminado o Projeto Minerva, que começava logo em seguida ao referido informativo nacional e que, trazia como conteúdo aulas gravadas e enviadas por um corpo de profissionais da Rádio MEC.

Uberlândia, em 1970, possuía cinco emissoras de rádio e, de maneira geral, como em quase todo o resto do país, contava também com a simpatia do cidadão pela “magia das ondas sonoras”. Entretanto, antes da inauguração de sua primeira estação radiofônica, conheceu um serviço de alto-falantes públicos, que foram instalados na esquina da Av. Santos Dumont com a Av. Afonso Pena, onde por muitos anos ocorreu o encontro de autoridades políticas, que à época era popularmente conhecida como Confeitaria Globo e hoje, Real Café. Os petrechos sonoros, tinham o formato de “enormes cornetas” e chamavam a atenção de quem quer que por ali passasse. Os sons se tornaram uma nova forma de interação entre os transeuntes, chamando a atenção pelas músicas que tocava, pelas publicidades (que naquele tempo eram reclames), ou por um sinal sonoro (tipo trompetes), representando entre olhares e comentários de admiração, reclamações e protestos devido ao barulho que produziam, novas urbanidades e inéditas formas das empresas de nossa cidade anunciarem seus produtos e serviços. A rádio Difusora de Uberlândia, primeira estação da cidade, foi inaugurada em 1939 enchendo a população “admiradora das modernidades” de orgulho (DÂNGELO, 2016).

Aliada a todas as mecânicas de desenvolvimento que alcançavam nosso município, a tendência estudantil crescia, especialmente com o estabelecimento dos colégios normais e depois das faculdades. Em 1959, com grande incentivo das Irmãs do Colégio Nossa Senhora das Dores mais os homens públicos Homero Santos e Jacy de Assis foi idealizada a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras que também contribuiu para o progresso da educação por aqui.

Ressalte-se que Uberlândia, em grande parte de suas gestões políticas, teve nas mais altas esferas da administração, governos progressistas e alinhados com as forças do estado e/ou do país. Mas e o adulto, cidadão uberlandense? Quais eram os planos para sua educação, especialmente para aquele que não havia completado seus estudos e precisava ser inserido no mercado de trabalho?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Minerva, nascido do Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação e Cultura (SRE-MEC), durante o governo militar, embora com uma capilaridade geográfica satisfatória para as condições estruturais do Brasil naquele momento, pelas análises bibliográficas que realizamos, parece que teve esvaziados seus objetivos, nas esferas nacional e local, possivelmente, pela pouca adesão de alunos à iniciativa educacional.

Não encontramos artífices do Projeto Minerva que pudessem colaborar em nossos questionários na cidade de Uberlândia. Nossa busca perdurou durante todo o ano de 2019, com telefonemas a professores e dirigentes escolares dos mais diferentes níveis de ensino, vasculhamos os arquivos da Secretaria Regional de Ensino - MG, documentos da UFU, Colégio Anchieta, Colégio Brasil Central, Secretaria de Educação do Município de Uberlândia e arquivos da atual EBC (antiga Rádio MEC). Nossa intenção era encontrar algum aluno, professor, monitor (no caso dos radiopostos) ou diretores da referida proposta educativa, que tivesse feito parte da proposta de ensino em Uberlândia. Neste particular, não obtivemos sucesso.

No que se refere aos dois primeiros propósitos do Projeto Minerva, ou seja, o fato de romper a barreira do isolamento de algumas regiões distantes e aumentar os índices escolares, analisando os resultados quantitativos, pode-se afirmar que o mesmo não conseguiu cumprir inteiramente com os objetivos propostos. Sendo assim, destaca-se, de acordo com Menezes; Santos (2001) que: “77% dos inscritos não conseguiram obter o diploma” e ainda houve um grande número de analfabetos que continuaram por todo o país. Apesar do treinamento oferecido aos monitores de cada radioposto, muitos locais de recepção, para além das reprovações, não conseguiram evitar as altas taxas de desistência (PINHEIRO, 2016, p. 92).

Assim, entendemos que um projeto de educação que visa transmitir sua metodologia pelo rádio, deve propor ações, além da mera divulgação do conhecimento, devendo também ostentar um planejamento, com ênfase no conteúdo ministrado em detrimento do veículo comunicante e do agente receptor das mensagens educativas. Tivemos, outrossim, oportunidade de conversar com amigos, profissionais da radiodifusão que, no período em que se desenvolvia o “Minerva”, trabalhavam como operadores de áudio nas emissoras de Uberlândia. Nossa intenção era compreender melhor o envolvimento e participação dos artífices do “projeto”, através de telefonemas, cartas (que na época eram muito comuns na participação entre ouvinte e rádio), etc. Isso remonta à percepção de que, naqueles tempos, o trabalho na operação de áudio de rádio era absolutamente mecânico, exigindo concentração nas passagens musicais e de comerciais, o momento dedicado ao projeto (30 minutos), era aquele em que eles, tiravam para descansar, tomar um café e relaxar da rotina cansativa que o estúdio lhes causava.

Nenhum deles se lembrou de mensagens (cartas) ou telefonemas, que possam ter recebido de algum interessado, aluno ou professor.

Nas pesquisas estruturadas na história oral sobre as quais nos debruçamos, apenas em uma encontramos questionários dirigidos a alunos do Projeto Minerva. Tivemos oportunidade de ler algumas entrevistas com os professores Arnaldo Niskier, Rosa Maria e Marlene Blois, todos dedicados ao ensino da matemática e participantes das aulas radiofônicas do PM, em Pinto (2013) e Castro (2007).

Na pesquisa de doutorado intitulada “Projeto Minerva: Caixa de jogos caleidoscópica” nos deparamos com entrevistas de alunos, monitores, dirigentes, produtores e escritores de material para o Minerva. Entretanto seu autor, não perdeu a oportunidade de relatar as dificuldades em encontrar, os diferentes artífices do PM, cada um em determinada parte do país:

Cabe mesmo ressaltar que cada um dos nossos colaboradores, conheceu o que poderíamos chamar de *uma parte* do projeto (ou *um* projeto): os alunos aqui entrevistados fizeram o curso de primeiro grau no interior do Rio de Janeiro (RJ), o monitor atuou no interior do Mato Grosso do Sul, a produtora lidava diretamente com o processo de produção, dividindo as atribuições com outros membros da equipe central, e o escritor, que elaborou o material de segundo grau utilizado em um dos Projetos Minerva, pouco sabia sobre esta função, posto, ter direcionado sua produção, veiculada na televisão (acreditava, portanto, ter produzido materiais para outra finalidade, para outro projeto) (PINTO, 2013, p. 23).

Enviamos um e-mail a Pinto (2013), narrando-lhe as nossas dificuldades em encontrar pessoas em Uberlândia que nos prestasse um relato sobre a história do Projeto Minerva. Ele, gentilmente nos respondeu, com protestos de felicidade pela nossa escolha (do objeto), alegando que também enfrentou o mesmo problema na busca por agentes que tiveram participação no referido projeto, e que especialmente quanto à procura dos alunos, só havia obtido êxito, entre sua qualificação e a defesa. “Foi, mesmo, aos 45 do segundo tempo”. Salientou ainda que, possivelmente, contou com a sorte, ao não recortar geograficamente seu tema (objeto de pesquisa), podendo contar com artífices de todo o país, o que não era nosso caso.

Por fim, o *Minerva*, foi perdendo sua força midiática, à medida em que a *Abertura Política* era promovida pelos governos militares rumo à democratização do país. Ainda em 1978, a Fundação Roberto Marinho, iniciava via TV, as aulas do Telecurso 2º Grau e em 1981, produziu juntamente com o Ministério da Educação (MEC) e a Universidade de Brasília (UNB), o Telecurso 1º Grau, que depois passou a se chamar Telecurso 2000. De acordo com Pinto (2013), os referidos cursos televisivos são a continuidade daquilo a que se propôs o Projeto Minerva, tendo entretanto a sua linguagem e metodologia sido adaptadas para a comunicação visual.

Em Uberlândia, parece que o *Minerva* não contou com grande engajamento. Por isso alguns de nossos questionamentos ficaram sem respostas. Nossa busca por participantes ou pessoas que ao menos se lembraram do PM, na maioria das vezes era incipiente. Alguns lembraram vagamente do *Minerva*, mormente porque o projeto ia ao ar nos horários em que havia transmissão do futebol. Outrossim, levando em conta a pequena população da cidade quando das primeiras transmissões do curso, entendemos que o rádio representava para grande parte do povo, apenas entretenimento e lazer. Sob este aspecto, entendemos que para cumprir com os objetivos de educação, então imaginados pelo governo, o PM deveria contar com uma linguagem própria, discutida e testada por educadores e profissionais do rádio, no sentido de fugir à monotonia das meras lições, trazendo imbricadas pitadas de entretenimento que afinal são o elemento aglutinador na radiodifusão.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Estatísticas da educação no Brasil**. Brasília: Ministério do Trabalho, 1996. Disponível em: <http://mecsrv137.mec.gov.br/download/texto/me001515.pdf>. Acesso em: 4 out. 2022.
- CASTRO, Márcia Prado. **O Projeto Minerva e o desafio de ensinar matemática via rádio**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história** (1975). Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.
- DÂNGELO, Newton; SOUSA, Sandra Sueli Garcia de (org.). **Noventa anos de rádio no Brasil**. Uberlândia: EDUFU, 2016. Disponível em:

http://www.edufu.ufu.br/sites/edufu.ufu.br/files/e-book_90_anos_de_radio_2016_0.pdf. Acesso em: 14 nov. 2022. DOI: <https://doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-430-8>

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

KRAMER, Érika A. *et. al.* **Educação a distância**: da teoria à prática. Porto Alegre: Alternativa, 1999.

MEC/CNRH-IPEA-IPLAN/PNUD-UNESCO [Grupo Especial]. Análise dos problemas da educação brasileira. Brasília/DF, 1978. Volume I. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002617.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2022.

MOURA, Gerusa Gonçalves; SOARES, Beatriz Ribeiro. A periferia de Uberlândia/MG: da sua origem até a sua expansão nos anos 1990. **Caminhos da Geografia online**, Uberlândia, v. 10, n. 32, p. 22-40, dez. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/RCG103216156>. Acesso em: 4 out. 2022.

NOVA, Cristiane; ALVES, Lynn. Tempo, Espaço e Sujeitos da Educação à Distância. In: JAMBEIRO, Othon; RAMOS, Fernando (org.). **Internet e educação a distância**. Salvador: EDUFBA, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/130/4/Internet%20e%20educa%C3%A7%C3%A3o%20a%20dist%C3%A2ncia.pdf>. Acesso em: 5 set. 2022.

NUNES, Ivônio Barros. Noções de educação a distância. **Revista Educação a Distância**, Brasília: Instituto Nacional de Educação a Distância. v. 4, n. 5, p. 7-25. abr. 1994.

OLIVEIRA, Letícia Borges de; SOUZA, Sauloéber Társo de. A alfabetização no Mobral, métodos e materiais didáticos (Uberlândia/MG, 1970-1985). **Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa**, São Paulo, v. 7, n. 13, p. 12-37, mar. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-7686.v7i13p12-37>. Acesso em: 10 out. 2022.

PELLANDA, Nize M. Campos. **Ideologia e educação & Repressão no Brasil Pós-64**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

PINHEIRO, Giovani Gonçalves. **Rádio educativo no contexto da ditadura militar**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2016.

PINTO, Thiago Pedro. Projetos Minerva: caixa de jogos caleidoscópica. 2013. Tese (Doutorado em Educação para a Ciência) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/102043>. Acesso em: 10 ago. 2022.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. História da educação brasileira: A organização escolar. 16. ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2000. (Memória da educação).

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**: (1930/1973). 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

ROMANI, Luciana Alvim Santos; ROCHA, Heloísa Vieira da. A Complexa Tarefa de Educar a Distância: Uma Reflexão Sobre o Processo Educacional Baseado na Web. **Revista Brasileira de Informática na Educação**, [S.l.], v. 8, n. 1, p. 71-80, dez. 2012. Disponível em: <http://ojs.sector3.com.br/index.php/rbie/article/view/2247>. Acesso em: 7 nov. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.5753/rbie.2001.8.1.71-80>

SANTOS, Jose Carlos . Instrução educacional nas ondas do rádio: um estudo sobre o Projeto Minerva. In: **IV Congresso Sergipano de História & IV Encontro Estadual de História da ANPUH**. O cinquentenário do golpe de 1964. ARACAJU: ANPUH/INSTITUTO HISTÓRICO, 2014, p. 1-15. Disponível em: http://www.encontro2014.se.anpuh.org/resources/anais/37/1424131126_ARQUIVO_JoseCarlosSantos.pdf. Acesso em: 16 ago. 2022.

SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil**: república da belle époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

STRELHOW, Thyeles Borcarte. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 10, n. 38, p. 49-59, jun. 2010. Disponível

em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639689>. Acesso em: 3 nov. 2022. DOI: 10.20396/rho.v10i38.8639689